

DOIS DEDOS DE

PROSA



Nº101 Recife|PE Março|2022

Desmatamento da Caatinga, a Floresta do Semiárido

A Caatinga é uma floresta e guarda uma riqueza muito grande de biodiversidade, sendo a garantia da vida no Semiárido brasileiro. Mas o bioma Caatinga vem sendo gravemente ameaçado pelo desmatamento, uma ameaça a todas

Saiba mais nas páginas 4 e 5



08 de Março como uma ação política contra todas as opressões na vida das mulheres

Página 2



Água, bem precioso!

Página 3



90 Anos do voto feminino: nós mulheres queremos sim, falar e estar na política!

Página 6

Por Rosa Sampaio

Jornalista do Centro Sabiá e militante do Fórum Pernambucano de Comunicação

Março, mês importante para as lutas e conquistas feministas. Esta edição do Dois Dedo de Prosa foi construída por mulheres, convidadas a deixar seus artigos e depoimentos para as nossas leitoras e leitores, mas também estamos nas fotos, no projeto gráfico, na diagramação, na revisão, edição e neste editorial. Aqui estão as nossas palavras, expressões e imagens sobre empoderamento, mas também sobre agroecologia, solidariedade e a nova ação do Centro Sabiá junto às casas e bancos de sementes. Lembramos dos 90 anos do voto feminino e como as políticas públicas para mulheres rurais vem (ou não) sendo pensadas, além do desafio da educação rural nesses dois anos de pandemia.

Dia 21 é o Dia Mundial da Floresta e a matéria principal destaca a urgência da preservação e do reflorestamento da Caatinga, no mês que o Centro Sabiá lança campanha de comunicação contra o desmatamento, com foco no bioma. Dia 22 é o Dia Mundial da Água e não podíamos deixar de abordar a importância da água e das tecnologias que transformam o viver no semiárido.

Seguimos aqui, Marias, Rivas, Julianas, Felícias, Joanas, Mércias, Edilzas, Carols, Kellens, Anas, Janainas, Aniéricas, Natálias, Elianes, Nicléias, Vânicas, Elivânias, Ednas, Sônias, Verônicas, Rosas e tantas, aguerridas na defesa dos nossos direitos e de todas. Sigamos, hoje, todos os dias, sempre. A nós, Mulheres! Boa leitura.

08 de Março como uma ação política contra todas as opressões na vida das mulheres

Por Joana Santos

Pedagoga, educadora popular, diretora secretária do Centro Sabiá, coordenadora da Escola Quilombo de Palmares e ativista política do Fórum de Mulheres de PE Articulação de Mulheres Brasileiras

O 8M vem se afirmando enquanto processo político e pedagógico na luta por direitos das mulheres, para além das agendas dos movimentos e da ação feminista. Processo que dialoga com a trajetória, a história, os tempos e os diversos contextos de controle e poder dos homens sobre as mulheres. São opressões, desigualdades, violência, feminicídio, racismo, lesbofobia, transfobia, controle das escolhas afetivas, religiosa, ou ainda, de ser ou não ser mãe, anos de dominação do corpo e das mentes femininas.

As motivações, a resistência e a luta contra essas opressões vem de cada ação, da conquista do voto feminino, que este ano completa 90 anos, marco para as mulheres nos espaços de representação política; da força e da consciência do empoderamento das mulheres, em reconhecer a luta por igualdade de direitos para si e para todas. Vem da lutas e conquistas das políticas públicas para as mulheres.

As políticas públicas são resultados das lutas coletivas dos movimentos sociais. Para as mulheres rurais, as políticas devem ser voltadas para combater a violência, para garantir alimentação saudável e



Ana Mendes | Acervo Centro Sabiá

Lenir Ferreira Gomes Pereira, Sítio São João, Abreu e Lima (PE)

soberania alimentar – ter comida no prato valorizando a produção e a agricultura familiar, inclusive gerando ciclo alimentar para a cidade e o campo e renda para garantir, não somente a economia, mas a autonomia das mulheres. Políticas que, nos princípios da agroecologia, garantam a produção, a comercialização e beneficiamento dos produtos, a assistência técnica e equipamentos adequados, como cisternas para armazenamento da água. Cabe ao Estado brasileiro e aos governos estaduais garantirem recursos para execução dessas ações.

Embora já haja algumas políticas, é preciso garantir o acesso a elas. A ausência e o descaso dos governos com a vida das mulheres são realidades que inclusive nos fazem perder o que já tínhamos conquistado. Sigamos firmes na luta do 8M, que é cotidiana e inspira a unir forças, construir parcerias, mobilizar as ruas, denunciar e pressionar governos para garantir direitos. É pela vida das mulheres!

"Eu mudei muito, eu mudei para melhor. Eu mudei para ensinar a minha filha a ser uma mulher de cabeça erguida, a não se rebaixar a um homem, porque ele tem bigode, barba e veste calça. A ser de igual para igual."

Vanusa Barbosa, agricultora atendida pelo Programa Empoderar/Centro Sabiá.

Expediente:

Dois Dedos de Prosa é uma publicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro, Recife/PE – CEP: 50100.150 – Fone: (81) 3223.7026 e (81) 3223.3323 – Email: sabia@centrosabia.org.br – www.centrosabia.org.br – DIRETORIA - Presidenta: Edna Maria do Nascimento Silva. Vice-presidenta: Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade. Secretária: Joana Santos Pereira. Conselho Fiscal: Alaíde Martins dos Santos, Maria Verônica de Santana e Tone Cristiano Feliciano da Silva. COORDENAÇÃO COLEGIADA - Coordenador Geral: Alexandre Henrique Bezerra Pires. Coordenadora Técnico-Pedagógica: Maria Cristina Aureliano de Melo. Coordenador de Comunicação e Mobilização Social: Carlos Magno de Medeiros Moraes. EQUIPE TÉCNICA NOS TERRITÓRIOS: Edgar Caliento, Eliane Nery, Juliana Peixoto, Nicléia Nogueira, Orlando Santana, Raimundo Daldemberg, Rivaneide Almeida. EQUIPE ADMINISTRATIVO FINANCEIRA: Demetrius Falcão, Elivânia Leal, Iran Severino, Ivanildo Júnior, Jullyana Lucena, Natália Porfírio, Pedro Eugênio e Vânia Luiza. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO: Darliton Silva, João Lucas França e Rosa Sampaio. EDIÇÃO: Rosa Sampaio (DRT/PE 3510). NÚCLEO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS: Breno Lacet e Francisco Franco. ASSESSORIAS: Aniérica Almeida (Agricultura Urbana) e Janaina Ferraz (Juventudes). O Trabalho do Centro Sabiá também recebe apoio das seguintes organizações: Misereor/KZE, Terre des Hommes Schweiz, Cáritas Alemã, BNDES, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). PROJETO GRÁFICO: Kelen Linck. DIAGRAMAÇÃO: Carol Barreto. IMPRESSÃO: Pro Visual Gráfica e Editora Ltda. TIRAGEM: 1000 (hum mil) exemplares.



Redes e articulações:



Água, bem precioso!

Por Juliana Peixoto

Zootecnista e coordenadora territorial do Agreste do Centro Sabiá

Terra! Planeta Água!” já cantava o compositor Guilherme Arantes, isso porque o planeta terra é composto por 70% de água, essa informação isolada nos leva a nutrir uma ilusão de que temos água em abundância, entretanto menos de 1% da água doce está disponível para consumo humano. A segurança hídrica está cada vez mais ameaçada, agravada pela poluição, falta de saneamento, a água é um dos recursos naturais que mais reflete o impacto das mudanças climáticas.

Neste mês de março, dia 22, é comemorado o dia mundial da água, essa data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência Rio-92 para lembrar, anualmente, a população que este recurso é finito e está cada vez mais escasso. Durante o evento, foi divulgado pela ONU a “Declaração Universal dos Direitos da Água”, da qual extraímos o Art. 2º, que faz uma caracterização deste bem precioso:

“Art. 2º – A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.”

O semiárido, ocupa 12% do território nacional, e possui sistema de chuvas irregulares, o que pressupõe a estratégia de estocar água para a convivência na região.

Ana Mendes / Acervo Centro Sabiá



Cilene Luzinete da Silva Lima, Sítio Caruá, Vertentes (PE)

A dificuldade acaba sendo maior para as famílias rurais que não têm cisternas, uma tecnologia social de captação e armazenamento de água da chuva, que tem mudado a vida das famílias agricultoras da região.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) da Articulação Semiárido (ASA) construiu 1,5 milhões de tecnologias, fazendo a diferença para cinco milhões de brasileiros/as, mas não alcançou sua universalização. Entre 2020/2021

sofreu um corte de cerca de 94%, o maior desde sua criação em 2003. E com isso, é negado aos que ainda não têm cisternas o direito de acesso a água.

A toda a população pedimos consciência ecológica sobre o uso da água, e, em especial, e aos governos, em nome das famílias agricultoras do semiárido, conclamamos pelo fortalecimento da política pública, por meio do programa de cisternas que tem contribuído fortemente para fazer a diferença na vida das famílias agricultoras.





Desmatamento da Caatinga, a Floresta do Semiárido

Por Rivaneide Almeida

Engenheira Agrônoma e assessora técnica do Centro Sabiá

Quando escutamos a palavra floresta, quase sempre nos vem a imagem da Amazônia na cabeça, porque foi essa a ideia construída na escola, nos programas de televisão, nas notícias de jornal. E isso acontece para quem vive no Semiárido, que tem a Caatinga como a mata natural dessa região. Dificilmente imaginamos a Caatinga como uma floresta, mas ela é sim e guarda uma riqueza muito grande de biodiversidade, sendo a garantia da vida no Semiárido brasileiro. Mas qual a relevância dessa informação?

O bioma Caatinga vem sendo gravemente ameaçado pelo desmatamento, uma ameaça a todas as formas de vida nesta região. Segundo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (2021), a região semiárida brasileira inclui os nove estados do Nordeste mais uma parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, perfazendo uma área total de 982.563,3 km², o que não é pouco, pois corresponde a 12% do território nacional, onde vivem cerca de 28 milhões de pessoas.

Sem a vegetação não tem como manter a água nos riachos, rios, nascentes e no subsolo da Caatinga. A vegetação é responsável pela proteção da água e, sem a mata, o reabastecimento pode ser completamente inviabilizado; o solo desprotegido da vegetação se degrada, perde a fertilidade e sofre erosão. Esse conjunto de fatores desencadeia processos de desertificação, gerando pobreza e miséria, especialmente para as populações rurais, por reduzir a capacidade produtiva nas áreas onde se instala.

No semiárido pernambucano, o desmatamento da Caatinga é feito, principalmente, para formação de pastagens e retirada de lenha, destinada para cerâmicas e abastecimento do polo gesseiro no Sertão do Araripe. Esse desmatamento raramente resulta de manejo legal e/ou sustentável da Caatinga, e são poucas ou nenhuma ação de controle ou fiscalização por parte do estado. Caminhões, apinhados de madeira nativa retirada ilegalmente, circulam pelas estradas do estado de Pernambuco.

No Sertão do Pajeú (PE), o Grupo Fé e Política, formado por organizações populares atuantes no território, em conjunto com a Diocese de Afogados da Ingazeira, denuncia o desmatamento ilegal, cobrando ações públicas para proteção da Caatinga, pois entende que a inércia por parte dos órgãos de governo responsáveis pela proteção do bioma, favorece a ampliação das ações ilegais de desmatamento.

Na cartilha "Caatinga, guardiã da água", recentemente reeditada com apoio do Grupo Fé e Política, Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, afirma que "A Caatinga, como outros biomas, requer ser mais estudada e compreendida pelos gestores públicos e pela sociedade, de modo que seu conhecimento seja a base fundamental para sua preservação e conservação". E é esse chamado, esse grito de "socorro", que trazemos aqui, engrossa as fileiras na defesa dessa floresta essencial para a manutenção da vida no semiárido.

Apesar de todas as ameaças e destruição da nossa floresta, é nesse ambiente que experiênci-

as de convivência com o Semiárido, demonstram a possibilidade real de manter a Caatinga viva e produzir alimentos saudáveis, gerando renda, dignidade e cidadania para os povos dessa região. Iniciativas como os programas da Articulação do Semiárido (ASA), de mobilização social e construção de cisternas; a articulação de organizações como o Grupo Fé e Política e a Rede Pajeú de Agroecologia; a prática de implantação de Sistemas Agroflorestais, através da assessoria do Centro Sabiá, são alguns exemplos de iniciativas no campo da Agroecologia que evidenciam o potencial e a necessidade urgente de apoio público para valorizar e ampliar essas práticas, no sentido de salvar a Caatinga e, junto com ela, a vida no Semiárido.

"É da Caatinga que a gente tira nossa comida e a dos animais. É uma mata resistente, mas a retirada da mata diminui as chuvas, diminui o nosso sustento, provoca erosão nas terras que vão ficando desertificadas, o que é ruim para o bioma e para as pessoas. Sem a Caatinga a gente não consegue sobreviver, vai acabar morrendo junto com ela", Evanice Pereira Soares, Nice, agricultora de Itapetim, no Sertão do Pajeú.





Evanice Pereira Soares [Nice], Sítio Gameleira, Itapetim (PE)

Salve a floresta do Semiárido. Salve a Caatinga!

O Centro Sabiá lança no 21 de março, Dia da Floresta, uma campanha permanente contra o desmatamento da Caatinga. Voltada ao Semiárido e a preservação do bioma, a campanha de

sensibilização Salve a Caatinga conta com materiais como vídeos, spots e materiais gráficos que serão veiculados na internet e em redes sociais. A Caatinga muitas vezes não é reconhecida como floresta, e por conta disso, não é incluída da forma como deveria nas campanhas contra o desmatamento e a desertificação. A ideia desta campanha é direcionar o olhar para Caatinga e a importância da sua preservação para a

humanidade e o clima. Vamos apresentar a Caatinga como a guardiã das águas e convidar agricultores e agricultoras, poder público e toda a sociedade a saudarem e protegerem a floresta.



DOE AGORA E
TRANSFORME VIDAS



90 Anos do voto feminino: nós mulheres queremos sim, falar e estar na política!

Por Mércia Alves

Assistente Social, educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a democracia, militante feminista do Fórum de Mulheres de PE/Articulação de Mulheres Brasileiras e Rede de Mulheres Negras de PE

2022 é um ano de muitos desafios, em especial para o movimento feminista. Celebrar os 90 anos do voto feminino (24/2/1932) como um dos temas centrais da luta das mulheres em ano eleitoral, na esfera federal e estadual, significa pensar que projeto político de sociedade queremos disputar para enfrentar as desigualdades e violências às quais estamos sujeitas no mundo do trabalho, na política, na vida social e em alguns desses lugares sub-representadas, invisibilizadas, silenciadas, como na política institucional e na participação social.

As mulheres são maioria na construção e luta política e disputam com uma lógica de poder que se estrutura a partir de uma visão unilateral e masculina, atravessada pelo sistema de dominação capitalista e racista. O patriarcado se espalha por toda uma estrutura que tenta descartar as mulheres dos espaços da política. Se hoje temos assegurado o direito ao voto, devemos a luta de mulheres que numa época adversa, ainda mais perversa que hoje, reivindicaram o direito de votar inspiradas na luta que se desenhava na Europa (França) e Estados Unidos – movimento sufragistas.

Mas, 100 anos antes dessa aprovação, já havia um debate neste campo e pelo direito à educação (1838), com Nísia Floresta. Também pela presença da primeira mulher negra, Almerinda Gama, na luta pelo direito ao voto, mas invisível na história, como tantas mulheres, principalmente negras, que questionavam a negação desse direito, pela condição de pobreza, exclusão do mercado de trabalho e analfabetismo, critérios à época para exercer o direito ao voto.

Carlota Xavier



8 de Março, Ato do Dia Internacional das Mulheres, Recife (PE)

Somos mais de 52% do eleitorado brasileiro, sujeito político ativo, mas que a cada processo eleitoral enfrentamos disputada por diferentes vertentes, e se não estivermos atentas, fortes, organizadas e concernidas em aprovar e validar um projeto político de sociedade, que rompa com essa representação patriarcal, acabamos caindo em falsos discursos que se apropriam das nossas bandeiras de luta, como a igualdade de gênero no mercado de trabalho, autonomia econômica, paridade na política, autonomia sexual e justiça reprodutiva, políticas afirmativas para população negra, titularidade do imóvel em nome das mulheres, respeito à diversidade e luta das mulheres LGBTQI+, negras, indígenas, com deficiência, classe trabalhadora, periféricas, dentre outras. Toda essa luta e bandeiras expressa nossa diversidade. É Isso, somos diversas, mas não dispersas.

No Brasil, estamos na 141ª posição em termos de piores índices quanto à participação política, frente a 192 países.

A nossa participação hoje é de 15% da representação das mulheres na Câmara Federal, equivalente a 77 cadeiras, das 513. E no tocante às mulheres negras a sub-representação ainda é maior, 27%, das 77 ocupadas por mulheres.

E temos ainda uma sub-representação regional, no Nordeste, com apenas 12% destas em comparação com outras regiões do país.

Portanto, as celebrações pelos 90 anos do voto feminino nos impõe recorrer ao processo histórico em toda a sua conquista e contradições, É a persistência na luta, reinventando a arte da política com alterações legislativas e estruturais nas casas para assegurar condições à vida parlamentar das mulheres; projetos coletivos de candidaturas; ações coletivas e apoios em rede com campanhas como “#meuvotoéfeminista”, “#votonegra”, dentre outras que farão a revolução feminista na política. Afinal, a revolução será feminista ou não será!





Sementes da Solidariedade e da Resistência

Por Maria Cristina Aureliano

Engenheira Agrônoma e coordenadora técnico-pedagógica do Centro Sabiá

Março, tradicionalmente em Pernambuco, é o mês de plantar milho. É quando agricultores e agricultoras celebram São José, padroeiro dos trabalhadores e das famílias, plantando as sementes com esperança de uma colheita farta no São João.

Este ano, a esperança chegou ao estado vizinho, no sul da Bahia. Em janeiro, essa região foi afetada por chuvas intensas que causaram inundações e destruíram casas e plantações. Num movimento de solidariedade, o Centro Sabiá, Rede Semeam, Movimento Sem Terra, Movimento Camponês Popular e Caxo Xukuru se mobilizaram para levar uma tonelada de sementes crioulas para os povos Maxakali, Pataxó Hã hã hãe e Tubinambá e para os assentamentos do Sul e Extremo Sul da Bahia. As famílias agricultoras assessoradas pelo Centro Sabiá no Agreste Setentrional e Sertão do Pajeú participaram doando 291 kg de sementes crioulas de milho, feijão, fava e outras culturas. Uma diversidade vinda dos estoques das casas de sementes comunitárias e familiares.

Essa rede de solidariedade só foi possível pela ação das agricultoras e agricultores guardiões, que preservam e estocam estas sementes tão importantes para as famílias agricultoras, que não precisam comprar as sementes do agronegócio. É esta autonomia que possibilita que a agricultura familiar camponesa produza alimentos livres de transgênicos, sem agrotóxicos e possam vender a preços justos.

Para o Centro Sabiá, as sementes são recursos estratégicos para a agroecologia, por isso apoia e fortalece o estoque e a multiplica-

Ana Mendes | Acervo Centro Sabiá



Cristina Maria da Silva, Sítio Amaraji, Rio Formoso (PE)

ção das sementes crioulas. Em 2015, enquanto organização integrante da Articulação Semiárido, participou do Projeto Sementes do Semiárido que implantou 32 casas de sementes no Agreste pernambucano e capacitou agricultores e agricultoras para a gestão comunitária destes espaços. Este ano, com o apoio da agência de cooperação Misereor, o Sabiá irá fortalecer essa ação no Agreste, Sertão e Zona da Mata, junto às casas de sementes e apoiando a implantação de campos de sementes comunitários para multiplicação, troca e doação, com o objetivo de ampliar os estoques e diversificar as

agroflorestas e quintais produtivos. Nos campos de sementes também serão cultivadas espécies de propagação vegetativa (que não se multiplicam por sementes), como palma forrageira, bananeira, macaxeira e batata doce, resgatando as variedades que fazem parte da cultura alimentar dos territórios.





Empoderamento Feminino

Por Edilza Lima

Agricultora urbana - Espaços Agroecológicos de Santo Amaro e Setúbal

Eis uma questão que ajuda a resolver outras tantas.

O que faz tudo mudar:

Decida SER FELIZ.

Seja a mulher que os homens temem. A

mulher que trabalha.

Que é dona de si.

Que tem autoestima e conquista tudo o que quer.

Que é livre dessas dependências e que sabe o mulherão que é.

Uma mulher que paga suas contas e não precisa de ninguém para dizer o que pode ou não fazer.

É esta a mulher que os homens temem!

Ela aprendeu a tomar café sozinha e a

trabalhar mais para ter o que deseja.

Ela já se doou demais para alguém que não a valorizou.

Teve que reconstruir o próprio coração algumas vezes.

Ela fez dele um homem grande e esqueceu de si.

Ela descobriu que poderia ter tudo que

quisesse na vida, sem precisar ouvir: "se não fosse por mim".

Hoje essa mulher pode até chorar sozinha, mas quando ela

percebe a mulher que se tornou... o homem é só um detalhe.

O importante é que ela reconheça sempre o necessário:

Ela mesma.

Essa mulher é dona de si, essa sou eu, Edilza. Lima.



Arquivo Pessoal



Pandemia, EAD e a Educação no campo: A luta da juventude rural por um acesso livre à Educação

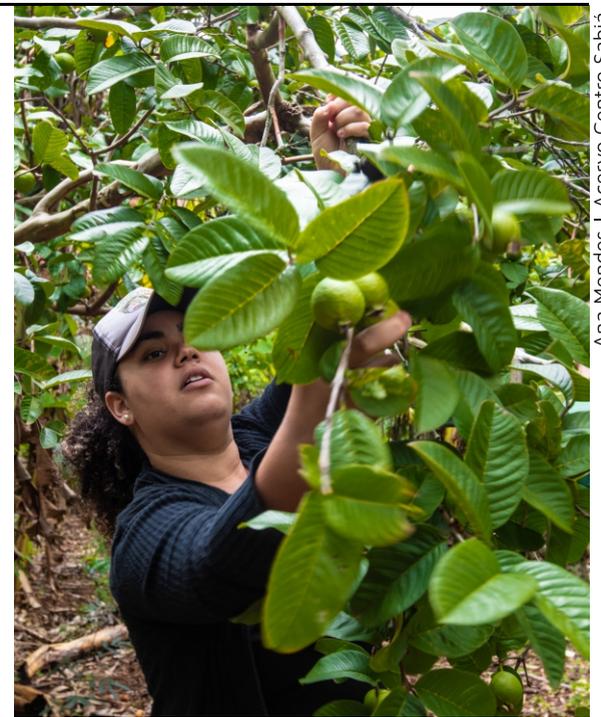
Por Felícia Panta

Jovem Multiplicadora da Agroecologia e estudante de Ciências Biológicas da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Com o avanço da pandemia e a paralisação das atividades presenciais, a educação a distância tem se firmado como uma forma de dar continuidade ao ensino. Porém, nesses dois anos, alguns desafios ainda persistem para que essa forma de ensino chegue de modo democrático para aqueles que se encontram no campo.

Dados da TIC Domicílios mostram que pelo menos 46 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, o valor dos pacotes e a falta de aparelhos que realizam a conexão são os fatores que mais contribuem para esse alto número. Olhando para a zona rural, pelo menos 47% das famílias não têm acesso às redes.

Partindo dessa premissa, é notável as dificuldades que os jovens estudantes rurais encontram para participar das aulas e ter acesso aos materiais. A distância do pólo urbano e a das escolas que têm acesso a internet, impossibilita o deslocamento desses jovens, e o fantasma da evasão escolar volta a aparecer neste contexto. Além da falta de acesso e de aparelhos para muitos alunos, poucos professores tiveram oportuni-



Ana Mendes | Acervo Centro Sabiá

Felícia Caroline dos Santos Panta, Sítio Santa Rita, Quilombo Águas Claras, Triunfo (PE)

dade de realizar formações e se familiarizar com as novas ferramentas, o que torna tudo mais difícil.

As dificuldades na educação do campo não é uma pauta nova, ela apenas tomou novas formas, e a educação a distância evidenciou estas disparidades. Com tudo, se faz necessário um olhar mais preciso para a educação no campo, os jovens rurais precisam ter as mesmas oportunidades de formação que tantos outros jovens têm, e para isso devem ser criados caminhos, diálogos e ambientes que torne esse acesso mais fácil, justo e igualitário.

A Educação é um direito e deve sim ser assegurado sem nenhuma diferença ou dificuldade. Não podemos permitir que mais um direito seja negado, precisamos acreditar e defender uma educação que respeite as diferenças e não limite nenhum indivíduo. Por uma educação livre para todas, todos e todes.



O jornal Dois Dedos de Prosa também está disponível para leitura na versão mobile. Baixe agora em nosso site: www.centrosabia.org.br

